



Governo cogita convocação extraordinária para votar DRU

José Cruz/Senado Federal



Jucá (F), com senadores aliados, defende acordo entre partidos que evite convocação para votações no período do recesso parlamentar

Emenda que prorroga a Desvinculação de Receitas da União só poderá ser apreciada em primeiro turno quinta-feira. Acordo para manter cronograma ainda é possível

A convocação de parlamentares para votações na última semana de dezembro é uma “possibilidade concreta”, segundo anunciou o líder do governo, Romero Jucá. O recesso parlamentar está previsto para começar dia 23, mas a meta do governo é concluir ainda este ano

as votações da Desvinculação de Receitas da União (DRU) e do Orçamento 2012.

Amanhã, deve ser apresentado o projeto da Emenda 29, que define recursos para saúde, e o calendário pode ser mantido se houver acordo. Primeiro turno da votação da DRU está previsto para quinta-feira, dia 8. **3**



Gerson Lucas

Tomógrafo do Hospital Regional do Gama, no Distrito Federal: maioria das emendas visa a melhorias na área de saúde

Emendas individuais somam R\$ 1,2 bi

Os relatórios setoriais ao Orçamento de 2012, que devem ser examinados nesta semana, incluem 1.108 emendas dos senado-

res. O total das emendas parlamentares já alcança 9.302 modificações nas despesas públicas programadas pelo governo. **3**

Representantes brasileiros tomam posse no Parlasul

Tomou posse sexta-feira, em Montevidéu, a Representação Brasileira no Parlasul, um ano depois da última sessão. O Parlamento pode agora retomar as atividades. **4**



Sônia Baiochi / Agência Câmara

Reunião de integrantes do Parlasul, em Montevidéu: bancada brasileira terá dez senadores e 27 deputados

Critério para progressão de pena pode ficar mais rigoroso

Comissão que estuda reforma do Código Penal sugere aumentar os períodos que presos teriam de cumprir para obter progressão de pena e liberdade condicional. **4**

Produtores criticam Incra no interior de Rondônia

Em debate promovido pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em Ariquemes (RO),

produtores rurais criticaram o Incra pela lentidão em garantir a titulação de imóveis rurais. **2**

Presidente da CRA, Acir Gurgacz (3º à dir.) coordena audiência pública: sem títulos de terras, produtores não têm acesso a créditos agrícolas



Marcus Andrade

Produtores rurais criticam trabalho do Incra na Amazônia

Tempo para titulação de imóveis na região gera questionamento sobre capacidade do órgão, durante audiência em Rondônia

REPRESENTANTES DOS PRODUTORES rurais criticaram o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) pela lentidão em atender à demanda de titulação de imóveis rurais. As críticas foram feitas na sexta-feira, em audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) na cidade de Ariquemes (RO) que debateu a questão fundiária da Amazônia.

Para Edson Afonso Rodrigues, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de São Francisco do Guaporé (RO), a baixa capacidade

do Incra de fazer levantamentos georreferenciados com a rapidez necessária se deve à falta de pessoal e de dinheiro.

Evandro Padovani, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Vilhena (RO), lembrou que os produtores, sem os títulos, não poderão vender bovinos para frigoríficos, devido a exigência do Ministério Público Federal.

Para Jorge Viana, nova lei de defesa civil protege florestas

Não é só o novo Código Florestal — com votação no Plenário prevista para amanhã — que tem a missão de proteger e recuperar a cobertura vegetal brasileira.

A reformulação do Sistema Nacional de Defesa Civil também deverá ajudar na preservação das florestas, de acordo com Jorge Viana (PT-AC).

— Com a nova lei de defesa civil e o novo Código Florestal,

Edinéia Maria Gusmão, coordenadora de Regularização Fundiária de Rondônia, informou que duas novas empresas de georreferenciamento deverão ser contratadas para atuar no estado. Ela avalia que somente com uma ação integrada dos governos federal, estadual e municipal será possível realizar de maneira adequada o programa de regularização fundiária.

Já a secretária extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Shirley

Nascimento, chamou a atenção para as dificuldades de realização do trabalho de georreferenciamento nas áreas rurais da Amazônia. Segundo ela, muitas empresas que foram contratadas inicialmente pelo governo federal para realizar esse serviço desistiram logo no início dos trabalhos, o que causou diversos atrasos no programa.

Representante do governo alega que desistência de empresas provocou atrasos no trabalho

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Desvinculação de receitas

14h A sessão de hoje é deliberativa. Na pauta, proposta que prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU).

CDH Campanha da Legalidade

9h A Comissão de Direitos Humanos debate os 50 anos da Campanha da Legalidade. O diretor do filme *Jango em 3 atos*, Deraldo Goulart, é um dos convidados.

Tráfego de Pessoas Monitoramento

10h A CPI do Tráfego de Pessoas no Brasil recebe o chefe do Escritório de Monitoramento e Combate ao Tráfego de Pessoas do Departamento de Estado Americano, Luis de Baca.

Congresso Solidariedade à Palestina

12h Sessão solene de homenagem celebra o Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino.

CCT Comércio internacional

15h A Comissão de Ciência e Tecnologia recebe comissão de comércio do Brasil com Massachussets (EUA).

Terça-feira

CCJ Sabatina de Rosa Weber

9h A Comissão de Constituição e Justiça sabatina Rosa Maria Weber Candiota da Rosa para o cargo de ministra do STF.

CAS Jornada do aeronauta

9h A Comissão de Assuntos Sociais realiza audiência pública sobre a jornada de trabalho do aeronauta.

CAE Publicidade das estatais

10h Na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, o controle sobre despesas de publicidade das estatais.

CPI do Ecad Direitos autorais

10h A comissão ouve o coordenador-geral de Regulação em Direitos Autorais, Cristiano Borges Lopes, entre outros.

CMO Orçamento 2012

10h/14h30 18h/20h A Comissão Mista de Orçamento analisa os relatórios setoriais da proposta orçamentária de 2012.

CE Resultados do Ideb

11h Na pauta da Comissão de Educação, projeto que obriga escolas públicas a exporem resultados do Ideb.

CMA Projeto sobre importação

11h A Comissão de Meio Ambiente vota importação de produtos sujeitos à regulamentação técnica federal.

CDR Exploração sexual

14h Para ampliar o combate à exploração sexual de menores, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo vota projeto que altera a Política Nacional de Turismo.

CAS Dependentes químicos

14h Votação do relatório final da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos.

Quarta-feira

CAS Jornada em pronto-socorro

9h Projeto que trata da jornada de trabalho e das férias dos trabalhadores de saúde que atuam em unidades de urgência e emergência está entre os itens da pauta da Comissão de Assuntos Sociais.

CCT Inovação produtiva

9h O gerente-geral de Contratação de Bens e Serviços da Petrobras, Edmar Diniz de Figueiredo, fala sobre inovação e cadeia produtiva do petróleo e gás.

Subcomissão Balanço de audiências

9h A Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira se reúne para examinar relatório das audiências públicas sobre as relações com países vizinhos.

CCJ Crime hediondo

10h A Comissão de Constituição e Justiça debate projeto que dita regra única para a progressão de regime nos crimes hediondos, independentemente da condição de primário.

CMO Relatórios setoriais

10h/14h30 18h/20h A Comissão Mista de Orçamento analisa os relatórios setoriais da proposta orçamentária de 2012.

Quinta-feira

Congresso Cantatas de Natal

18h30 Tem início a terceira edição das Cantatas de Natal. Apresentam-se o Coral Livre em Canto, dos Correios, às 18h30, e o Coral do Operador Nacional do Sistema Elétrico, às 20h.

CCT Banda larga

9h O secretário executivo do Ministério das Comunicações, Cezar Alvarez, entre outros, discute a qualidade da internet banda larga e as políticas públicas para o setor.

Segurança Programação

9h Apresentação e análise do plano de trabalho da Subcomissão Permanente de Segurança Pública.

CI Miriam Belchior

9h A Comissão de Serviços de Infraestrutura ouve a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, sobre as metas prioritárias do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao — Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a sessão plenária. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes* de secretário:

João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Wellington Dias • Waldemir Moka • Jorge Viana

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal — **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 — **Fax:** (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar — Brasília, DF

Cep: 70.165 — 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações — Seep

* Vago em razão da saída de Gilvam Borges

Políticas previdenciárias ajudam a enfrentar crise, avalia Renan

As políticas previdenciárias são fundamentais no combate à pobreza e na melhora da distribuição de renda no país, ressaltou Renan Calheiros (PMDB-AL). Com a crise, tornaram-se instrumentos de proteção social e, junto com outros programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, são responsáveis pelo fortalecimento do mercado interno.



Renan Calheiros

No caso de Alagoas, Renan apontou que dados de 2005

a 2010 do Ministério da Previdência Social mostram que os valores anuais pagos em benefícios saltaram de R\$ 1,4 bilhão para R\$ 2,9 bilhões. Em 2011, estimativas indicam que esse valor pode chegar a R\$ 3,6 bilhões.

— A Previdência Social, sozinha, movimenta em Alagoas quase duas vezes o volume das transferências constitucionais para os municípios do estado — afirmou.

Medidas para economia atraem recursos, diz Jucá

Líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR) destacou em Plenário, na sexta-feira, as medidas anunciadas no dia anterior pela equipe econômica do governo.

Para estimular o consumo e aquecer a economia, o governo adotou iniciativas como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para eletrodomésticos. Também eliminou a cobrança de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre investimentos estrangeiros em ações, o que, segundo ele, é importante para atrair recursos e “financiar o desenvolvimento”.

— Neste ano teremos a geração de 1,8 milhão de empregos. Queremos criar mais 2 milhões no ano que vem — declarou.

Wellington Dias defende cooperativismo

Wellington Dias (PT-PI) defendeu, na sexta-feira, o cooperativismo como sistema produtivo socialmente justo. Ele informou que experiência no Piauí com cooperativas de pequenos produtores de mel orgânico resultou na segunda maior base industrial do produto nas Américas e tirou cerca de 70 mil pessoas da pobreza. O modelo é estudado pela Universidade de Harvard (EUA).

Para o senador, o cooperativismo é a forma ideal de dar oportunidade aos pequenos produtores para competir no mercado globalizado. O governo brasileiro, sugeriu, deveria adotar o modelo em todo o país.

— Como é que esse negócio interessa aos americanos e não interessa ao Brasil?

Vicentinho apoia reajuste salarial no Banco da Amazônia

Os funcionários do Banco da Amazônia, que estão em greve há mais de 60 dias, têm o apoio de Vicentinho Alves (PR-TO). Ele ressaltou que o banco “possui um quadro funcional extremamente qualificado, selecionado por concurso, com servidores competentes e honrados”.

O senador argumenta que

é preciso equiparar os salários do Banco da Amazônia aos salários de instituições como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Segundo ele, os servidores do Banco da Amazônia em início de carreira recebem R\$ 1.172, enquanto os do Banco do Brasil iniciam com R\$ 1.760 e os da Caixa, com R\$ 1.826.

Congresso pode funcionar na última semana de dezembro para votar ainda este ano a Desvinculação de Receitas da União e o projeto do Orçamento 2012. Jucá propõe acordo para evitar que isso aconteça

Pela DRU, governo cogita convocação no recesso

O GOVERNO PODE solicitar convocação extraordinária do Congresso na última semana de dezembro para concluir ainda este ano a votação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) e do projeto do Orçamento 2012. Essa é uma “possibilidade concreta”, segundo anunciou sexta-feira o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR).

— Estamos discutindo com o governo e com os partidos o calendário de votação — afirmou o senador.

Os prazos estão apertados diante da proximidade do recesso de fim de ano, a partir de 23 de dezembro. A votação do projeto do Orçamento depende do desfecho da DRU, para garantir que as receitas desvinculadas por esse mecanismo possam ter destinação sugerida pelo governo.

A oposição, porém, condiciona seu apoio à DRU a uma solução do governo para a votação do projeto de regulamentação da Emenda 29



Fotos de José Cruz/Senado Federal

Romero Jucá (E) propõe acordo para o calendário de votações no Senado

(PLS 121/07), que define recursos obrigatórios para a saúde. O governo deve apresentar até amanhã proposta para votação do projeto.

— Se houver acordo, teremos um calendário mais tranquilo para votar o Orçamento, sem convocação extraordinária — observou Jucá.

O líder ponderou que o governo não tem condições de aumentar a vinculação de recursos para a saúde com base no projeto de regulamentação do então senador Tião Viana, no patamar de 10% das

receitas brutas. Segundo ele, isso amplia os gastos em R\$ 35 bilhões já a partir de 2012.

Ainda pelo acerto entre governo e oposição, a desvinculação será votada em primeiro turno nesta quinta-feira. Na quinta-feira passada, depois da suspensão dos pronunciamentos para rápida sessão deliberativa, o Senado efetivou a primeira discussão da proposta. No total, serão cinco sessões consecutivas de discussão em primeiro turno, e depois mais três em segundo turno.

Emendas dos senadores somam R\$ 1,2 bi

Distribuição por origem e destino

(valores em R\$)

ORIGEM	EMENDAS AO ORÇAMENTO 2012		EMENDAS AO ORÇAMENTO 2011	
	EMENDAS	VALOR	EMENDAS	VALOR
Bancadas estaduais	482	39,1 bi	480	37,2 bi
Comissões da Câmara	89	18,6 bi	86	14,1 bi
Comissões do Senado	49	15,6 bi	44	13,1 bi
Deputados federais	7.574	7,7 bi	8.012	6,7 bi
Senadores	1.108	1,2 bi	1.181	1,04 bi
Total	9.302	82,2 bi	9.803	72,1 bi

RELATÓRIOS SETORIAIS (2012)

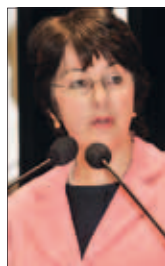
SETOR	EMENDAS	VALOR
Educação, cultura, ciência e tecnologia e esporte	2.144	16,66 bi
Infraestrutura	110	12,37 bi
Saúde	2.510	9,95 bi
Fazenda, desenvolvimento e turismo	742	8,65 bi
Planejamento e desenvolvimento urbano	899	8,27 bi
Integração nacional e meio ambiente	403	7,31 bi
Justiça e defesa	626	5,31 bi
Poderes do Estado e representação	498	4,56 bi
Agricultura e desenvolvimento agrário	884	4,95 bi
Trabalho, previdência e assistência social	481	1,69 bi
Relator-geral	5	2,45 bi
Total	9.302	82,2 bi

Os senadores apresentaram R\$ 1,2 bilhão em emendas individuais à proposta orçamentária para 2012. As 1.108 sugestões foram incluídas nos relatórios setoriais, que devem ser analisados pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) nesta semana.

Neste ano, cada parlamentar teve direito a até 25 emendas, no valor total de R\$ 15 milhões, sendo que R\$ 2 milhões deveriam ser necessariamente aplicados na área de saúde. Em comparação com 2011, os senadores apresentaram 73 emendas a menos, mas o valor deste ano foi R\$ 160,35 milhões maior.

De acordo com o balanço da CMO, o Congresso já propôs 9.302 emendas à programação da despesa do Orçamento para 2012, em um total de R\$ 82,2 bilhões. As emendas de comissões somaram R\$ 34,2 bilhões e as de bancadas estaduais, R\$ 39,1 bilhões.

Ana Rita alerta para avanço da Aids entre jovens



Ana Rita (PT-ES) registrou a passagem do Dia Mundial de Luta contra a Aids, celebrado em 1º de dezembro, e disse que, apesar dos avanços do Brasil no combate à doença, é preocupante a elevação do número de contágios entre os jovens e as mulheres.

— Os novos casos estão concentrados na idade de 15 a 24 anos. Quer dizer, nossa juventude está assumindo comportamento de risco — lembrou, destacando a importância das campanhas de prevenção.

Participação do PSB cresce, afirma Rollemberg

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) registrou a realização do 12º congresso nacional do seu partido, sexta-feira passada, em Brasília.

Ele ressaltou a presença crescente do PSB nos estados e celebrou os ideais cultivados por seus militantes.

— Foram eleitos 6 governadores, 35 deputados federais, 4 senadores e 73 deputados estaduais — afirmou.

No Senado, além de Rollemberg, são do PSB Antonio Carlos Valadares (SE), Lídice da Mata (BA) e João Capiberibe (AP).



Após um ano sem se reunir, o Parlasul retomou os trabalhos na sexta-feira, em Montevidéu. A eleição da Mesa Diretora ficou para 2012, mas a maioria dos 37 representantes brasileiros já foi empossada



Senador Roberto Requião (3º à dir.) preside a Representação Brasileira, enquanto Ana Amélia (D) é indicação do PP

Posse de representantes abre nova etapa do Parlasul

O PARLAMENTO DO Mercosul (Parlasul) ingressou na sexta-feira em nova etapa. Tomaram posse, em Montevidéu, Uruguai, os integrantes da nova Representação Brasileira, desta vez composta por 37 parlamentares — dos quais 27 deputados e dez senadores. A cerimônia abre caminho para a chamada representação cidadã no Parlamento, que estabelece maiores bancadas para Argentina e Brasil, os dois países mais populosos.

Com a posse, o Parlasul retoma as suas atividades. A última sessão havia ocorrido em dezembro de 2010. Poucos dias depois, terminou o mandato da representação que havia sido indicada quatro anos antes, composta por 18 parlamentares. Somente após a aprovação de resolução do Congresso, no final do primeiro semestre, foi criada a nova representação.

A posse dos deputados e senadores indicados pelo Congresso Nacional para

compor a representação teve ainda de aguardar acordo sobre as normas internas do Parlamento, para adaptá-lo à nova etapa.

— Pusemos o parlamento em marcha. Acabamos com a paralisação e a inércia do Parlasul. Agora vamos reconstituir as comissões e começar a trabalhar de verdade, para colocar em movimento a política de integração — disse o presidente da Representação Brasileira, senador Roberto Requião (PMDB-PR).

Por decisão da Mesa Diretora, ficou para o início do ano que vem a votação da proposta de mudança do Regimento Interno do Parlasul que ampliará as maiorias necessárias à aprovação de decisões do Parlamento como forma de proteger os dois países com menores bancadas, Paraguai e Uruguai. Também foi adiada para o início de 2012 a eleição da nova Mesa Diretora do órgão.

Empossado, Santiago aguarda decisão final da Justiça

Entre os representantes do Senado, está o ex-senador Wilson Santiago, substituído em novembro por Cássio Cunha Lima (PSDB-PB).

Por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), a Lei da Ficha Limpa não pôde ser aplicada às

eleições de 2010, o que beneficiou Cássio. Wilson Santiago recorreu e aguarda a decisão final da Justiça.

Segundo Roberto Requião, presidente da Representação Brasileira, “ele toma posse e vai aguardar sentença. Não vamos condená-lo com um recurso pendente”.

Embaixador defende ingresso da Venezuela no Mercosul

Em seu primeiro encontro com os novos integrantes da Representação Brasileira no Parlasul, o delegado permanente do Brasil, embaixador Regis Arslanian, defendeu o rápido ingresso da Venezuela no Mercosul. Ele informou ainda que há conversações, embora não conclusivas, para a adesão da Bolívia. O embaixador lembrou que o ingresso da Venezuela poderá fortalecer o Fundo de Convergência

Estrutural (Focem) do Mercosul, destinado a estimular as menores economias do bloco, Paraguai e Uruguai.

— A Venezuela pode participar do Focem com dinheiro do petróleo — previu Arslanian.

A adesão da Venezuela já foi aprovada pelos Legislativos de Argentina, Brasil e Uruguai, mas ainda depende do aval do Senado do Paraguai, onde os partidos tradicionais têm resistido à aprovação.

Bancada brasileira

SENADORES

- Pedro Simon (PMDB-RS)
- Roberto Requião (PMDB-PR)
- Ana Amélia (PP-RS)
- Inácio Arruda (PCdoB-CE)
- Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
- Paulo Bauer (PSDB-SC)
- Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

EX-SENADOR

- Wilson Santiago (PMDB-PB)

DEPUTADOS

- Benedita da Silva (PT-RJ)
- Emiliano José (PT-BA)
- Jilmar Tatto (PT-SP)
- Paulo Pimenta (PT-RS)
- Newton Lima (PT-SP)
- Weliton Prado (PT-MG)
- Marçal Filho (PMDB-MS)
- Moacir Micheletto (PMDB-PR)
- Raul Henry (PMDB-PE)
- Dilceu Sperafico (PP-PR)
- Renato Molling (PP-RS)
- Júlio Campos (DEM-MT)
- Mandetta (DEM-MS)
- Paulo Freire (PR-SP)
- José Stédile (PSB-RS)
- Ribamar Alves (PSB-MA)
- Vieira da Cunha (PDT-RS)
- Roberto Freire (PPS-SP)
- Sérgio Moraes (PTB-RS)
- Paes Landim (PTB-PI)
- Nelson Padovani (PSC-PR)
- George Hilton (PRB-MG)

Faltam tomar posse o senador Paulo Paim (PT-RS) e um indicado do DEM, além de cinco deputados

Integração pode crescer na crise, afirma Requião

O agravamento da crise econômica internacional deve ser visto como oportunidade para o aprofundamento da integração regional, disse Roberto Requião, presidente da Representação Brasileira.

Segundo o senador, os países ricos tentarão aumentar suas exportações para o resto do mundo, com o risco do que chamou de um “dumping industrial”, capaz de prejudicar os parques produtivos dos países emergentes. Os países que têm base industrial estarão ameaçados, previu, e países que não têm essa base, mas pretendem tê-la, estão igualmente em risco.

Ele defendeu a construção do que chamou de Consenso do Rio, no lugar do antigo Consenso de Washington, que orientou a adoção de políticas econômicas liberais em toda a América Latina nos anos 1990.

Juristas querem mais rigor para progressão de pena

A comissão de juristas que elabora anteprojeto de reforma do Código Penal estuda aumentar o percentual da pena a ser cumprida para que o preso tenha direito ao sistema progressivo. Essa foi uma das sugestões apresentadas em reunião na sexta-feira.

Os juristas consideram baixo o percentual de um sexto exigido hoje e estudam estabelecer em um terço para o sistema progressivo e metade da pena cumprida para liberdade condicional, ou ainda metade para a progressão e dois terços para liberdade condicional em caso de crimes hediondos.

Outra mudança em estudo refere-se ao regime semiaberto. Segundo René Ariel Dotti, um dos sub-relatores, hoje

os estados dão tratamento diferente para presos em mesmo regime. Em alguns, há albergues para quem cumpre pena em regime semiaberto. Em outros, o regime é transformado em uma espécie de prisão domiciliar. A solução pode ser substituir o regime semiaberto por pena alternativa.

Por sugestão de Pedro Taques (PDT-MT), a comissão de juristas apresentará no próximo dia 19 prévia do andamento dos trabalhos aos senadores da Subcomissão de Segurança Pública, vinculada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Para o ano que vem, o colegiado organiza série de audiências públicas nos estados.



Luiz Carlos Gonçalves, relator, Gilson Dipp, presidente, e Pedro Taques (D)

ACONTECEU NAS COMISSÕES

Amazônia sofre com pouco poder de pressão, diz debatedor

A RETIRADA ILEGAL de madeira é problema comum aos oito países que integram a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA): Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Segundo o secretário-geral da entidade, Alejandro Gordillo, a região tem poder de pressão limitado para impor medidas de preservação e de crescimento sustentável, apesar de sua importância para o mundo.

— É um território marginal, com pouca população em relação ao resto do país e sem peso político para poder se impor aos governos centrais — disse Gordillo, em audiência pública realizada na terça-feira pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, ligada à Comissão de Relações Exteriores (CRE).

O encontro debateu as ações dos integrantes da OTCA para conter o desmatamento da Amazônia e aconteceu no mesmo dia em que os relatores do projeto do novo Código Florestal fizeram a entrega simbólica de seus pareceres ao presidente do Senado, José Sarney. O código ainda gera polêmica sobre os limites entre desenvolvimento e preservação e deve ser votado amanhã pelo Plenário (leia mais na pág. 2).

Frente às dificuldades de monitoramento da vasta região de floresta, o ministro Clemente Baena

Soares, do Ministério das Relações Exteriores, informou que está em estudo proposta de direcionar 20% dos recursos do Fundo Amazônico para a atividade. O fundo, gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), é alimentado por doações de países europeus e visa à preservação da Amazônia.

— Seria a primeira vez que o fundo aportaria recursos para uma ação conjunta dos oito países — disse.

Gordillo e Baena elogiaram encontro dos chanceleres dos países-membros da OTCA, realizado há duas semanas em Manaus, em que foi lançada declaração para a Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, marcada para 2012, no Rio de Janeiro.

Bacia do Prata

Também presente à audiência, que discutiu as relações internacionais na faixa de fronteira, o ministro João Luiz Pereira Pinto, do Ministério das Relações Exteriores, falou sobre o trabalho do Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata, órgão executivo do sistema que integra Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai. Entre as ações bilaterais programadas, ele destacou a realização de censo demográfico no Paraguai.